

Política

OPERAÇÃO LAVA A JATO

Bancada federal quer investigação

ADEMIR RIBEIRO - 10/05/2014

Parlamentares do Estado vão levar à CPI suposto pagamento de propina em Aracruz e o valor da sede da Petrobras na capital

Rafael Lima
Pedro Callegario

Membros da bancada federal capixaba defenderam que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras no Congresso investigue o suposto pagamento de propina e superfaturamento em obras da estatal no Estado.

Os dois empreendimentos que os parlamentares querem discutir são o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz, que custou R\$ 895 milhões, e a sede da Petrobras em Vitória, que saiu por R\$ 580 milhões.

De acordo com a defesa do vice-presidente executivo da Mendes Júnior, Sérgio Cunha Mendes, ele teria pago cerca de R\$ 5 milhões a título de propina porque o doleiro Alberto Youssef – que teria atuado em nome do ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa – teria condicionado o pagamento de dívida da Petrobras com a empresa da obra em Barra do Riacho mediante ao recebimento da propina.

Já a sede da estatal, inaugurada em 2012, terá os gastos totais da obra investigados pelo Ministério Público Federal (MPF) em decorrência dos fatos relevados pela Operação Lava a Jato, da Polícia Federal.

O senador Magno Malta (PR) afirmou, por meio de assessoria,

“Penso que todos os indícios de superfaturamento e desvio de dinheiro devem ser investigados”

Ana Rita Esgário (PT), senadora



SEDE DA PETROBRAS em Vitória e vista do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho: indícios de fraude

que fará um pronunciamento nesta semana pedindo para que sejam investigados todos os novos fatos revelados no curso da investigação, inclusive os do Estado.

A senadora Ana Rita Esgário (PT) pediu investigação de todas as supostas irregularidades no desvio de dinheiro. Ela destacou que os fatos relacionados ao Espírito Santo ainda não chegaram à CPMI da Petrobras. “Penso que todos os indícios de superfaturamento e desvio de dinheiro devem ser investigados. Mas antes de se apurar não se pode afirmar nada”.

Já o deputado federal Carlos Mannato (SDD) questionou a isenção da CPMI para investigar. “Eu defendo a investigação não só porque apareceu aqui. O problema é que a CPMI está contaminada, não tem credibilidade porque se combina perguntas e respostas. Prefiro investigação pelo Ministério Público e pela Polícia Federal”.

Procurada, a Mendes Júnior não se manifestou até o fechamento.



ENTENDA O CASO

Sede da Petrobras custou 6 vezes mais

Terminal de Barra do Riacho

> **A CONSTRUÇÃO** do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz, foi finalizada em novembro de 2013 e teve custo de R\$ 895 milhões.

> **DE ACORDO** com a defesa do vice-presidente da empresa Mendes Júnior, responsável pela obra, Sérgio Cunha Mendes, ele teve de pagar

propina de R\$ 5 milhões ao doleiro Alberto Youssef, a mando do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, para que a empreiteira recebesse dívidas da estatal.

Sede da Petrobras em Vitória

> **A OBRA** de construção da sede da

Ministério Público vai apurar se houve fraude em obras

O Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF-ES) abriu procedimento para investigar a construção da sede da Petrobras em Vitória. A medida foi tomada após as duas empresas que compõem o consórcio que realizou a obra — Odebrecht e Camargo Corrêa — serem citadas nas investigações da Operação Lava a Jato.

Além disso, alguns dos ex-dirigentes presos ou investigados foram responsáveis por atos relacionados à obra, justificou o MPF.

“Estas circunstâncias, somadas ao valor divulgado da obra, que segundo a imprensa totalizaram mais de R\$ 500 milhões fazem necessária investigação para saber se houve eventual irregularidade nos gastos e/ou enriquecimento ilícito”, destacou, no despacho, o procurador André Pimentel Filho.

A Odebrecht justificou que a contratação do consórcio foi feita por licitação de menor preço e atendia as exigências técnicas. Embora a previsão inicial da construção fosse de R\$ 90 milhões, o consórcio informou que este não foi o valor do contrato e que os aditivos feitos obedeceram às exigências e limites legais e que eles se deram por alterações no projeto feitos pela Petrobras. A estatal foi procurada, mas não deu retorno.

Petrobras em Vitória será investigada pelo Ministério Público Federal (MPF) em decorrência de as empreiteiras que realizaram a construção — Odebrecht e Camargo Corrêa — estarem citadas na investigação da Operação Lava a Jato.

> **A CONSTRUÇÃO** custou R\$ 580 milhões, 6 vezes mais que o previsto.